

REFLEXÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO tensões postas nas políticas de currículo

Phelipe Florez Rodrigues¹

Resumo:

Neste texto, meu objetivo é mostrar uma interpretação de como os influxos de uma agenda econômica neoliberal se articularam nas políticas educacionais e curriculares. Para realizar este desenho argumentativo destaco como as novas formas de relações entre o Estado nacional e o capital privado vem assumindo, sobretudo, a partir da década de 1990 em que o paradigma neoliberal se espalha de forma internacionalizante. Busco fundamentar meus argumentos nos estudos de redes políticas de Stephan Ball no intuito de discutir como os atores sociais, instituições e empresas privadas se organizam na órbita das políticas curriculares e em Michael Foucault assento minha referência no que tangencia a discussão sobre relações de poder em uma perspectiva pós-estrutural. Portanto, ao longo deste trabalho, busco operar em um campo teórico que não admite paralisantes verdades e estruturas fixas tanto na constituição das redes políticas quanto nas relações de poder. Para realizar esta articulação entre o objeto de análise e o escopo teórico eleito divido o texto em quatro sessões: A primeira apresenta a discussão de forma detalhada e situa o objeto no campo teórico, as que seguem – descrevo um cenário amplo do contexto brasileiro das políticas curriculares, discuto a constituição das redes políticas e das relações de poder e, finalizo pontuando algumas conclusões a partir do que percebi na interface entre o objeto e a teoria.

Palavras-chave:

Neoliberalismo; Política; Poder; Currículo

GLOBALIZATION REFLECTIONS tensions put in curriculum policies

Abstract:

In this text, my aim is to show an interpretation of how the inflows of a neoliberal economic agenda have articulated in educational and curriculum policies. To realize this argumentative design, I highlight how the new forms of relations between the national state and private capital have been assuming, especially since the 1990s, when the neoliberal paradigm is spreading in an internationalizing way. I seek to base my arguments on Stephan Ball's studies of political networks in order to discuss how social actors, institutions, and private companies organize themselves in the orbit of curriculum policies, and in Michael Foucault's point of reference on the discussion of power relations in a poststructural perspective. Therefore, throughout this work, I seek to operate in a theoretical field that does not allow paralyzing truths and fixed structures in the constitution of political networks as well as in power relations. To make this articulation between the object of analysis and the theoretical scope chosen, I divide the text into four sessions: The first presents the discussion in detail and places the object in the theoretical field, as follows - I describe a broad scenario of the Brazilian context of policies. curriculum, I discuss the constitution of political networks and power relations and, finally, punctuating some conclusions from what I perceived in the interface between object and theory.

¹ Mestrado em Educação. Programa de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ProPeD/UERJ. E-mail: phelipegeo@yahoo.com.br.

Keywords:

Neoliberalism; Politics; Power; Curriculum.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca dos processos de globalização perpassa de forma determinante o campo das ciências sociais, sobretudo, nas últimas três décadas. Neste período, a humanidade atravessou uma transformação significativa em nível de paradigma econômico geral e uma das conseqüências mais proeminentes que se desdobrou desta alteração foi a redefinição do papel do Estado Nação nas políticas públicas e em última análise, alterações nos contratos sociais – na relação entre atores sociais e destes com os entes estatais.

Conquanto, as produções científicas que buscam problematizar e analisar os processos de globalização não se caracterizam como um campo analítico homogêneo ou teoricamente acomodado nas diversas matrizes de pensamento. Neste trabalho, buscarei pontuar algumas reflexões sobre os processos de globalização em diálogo com antropólogo indiano com Arjun Appadurai que busca discutir ao longo de suas obras os efeitos e as dimensões culturais dos processos de globalização. Este texto estabelecerá um diálogo mais restrito com uma de suas obras mais proeminentes: *Dimensões culturais da Globalização: A modernidade sem peias* (2004).

Pretendo com esta abordagem pensar os processos de globalização contemporâneos em uma perspectiva cultural, considerando suas tensões, as buscas por hegemonizar subjetividades a partir de determinado padrão cultural – ou nos termos de Appadurai (2004) eurocolonização comportamental – e principalmente, pensar que, embora, existam movimentos vinculados aos processos de globalização que visam uma forte padronização geral, esta aspiração nunca ocorre por completa.

Appadurai (2004) aponta que, em um mundo desde sempre global, a contemporaneidade se caracteriza por interações de uma nova ordem, envolvidas em uma nova intensidade, contudo, a cultura se interpõe como resistência (objetiva e subjetiva), com isso, a diferença emerge como constituinte de sujeitos e da própria globalização. Pretendo desta forma neste trabalho, articular a discussão sobre globalização ancorada nos estudos culturais de Appadurai (2004) com o cenário de determinadas políticas curriculares brasileiras desenvolvidas na corrente década (2010 – 2017). Pontuo a importância de pensar estas políticas curriculares dimensionando-as como partícipe de fortes tendências globalizantes, por

conta de inúmeros fatores, tais como: o caráter internacionalizante dos atores sociais envolvidos nestas políticas; o novo desenho da relação público – privado nas políticas curriculares; a formatação da regulação dos processos curriculares; as demandas que estas políticas curriculares buscam atender e em última análise a pretensão de formação de determinados sujeitos.

Estas dimensões são novas características do desenho institucional das políticas curriculares brasileiras que se ancoram em um discurso globalizante de integração e interdependência econômica entre nações e instituições. Neste trabalho, o foco analítico será discutir a relação entre a produção das políticas curriculares brasileiras no recorte da corrente década e como estas políticas visam atender a formação de um sujeito global – em outras palavras, problematizar as políticas de currículo como seguidoras de um culto a Aldeia Global, nos termos de Appadurai (2004).

Para desenvolver tal análise este trabalho segue em mais três sessões, quais sejam, em ordem: a partir de diálogo com Arjun Appadurai, refletir e propor uma interpretação de como os processos de globalização estão se constituindo.

Na sessão subsequente buscarei a partir das reflexões sobre os processos de globalização já desenvolvidas na sessão anterior, problematizar o desenho das políticas curriculares brasileira na corrente década, sobretudo, a relação contextual das esferas público e privada na produção curricular. Ressalto, contudo, que não se trata de uma análise de uma determinada política curricular em vigor ou em discussão. O que interessa neste trabalho é discutir efeitos da globalização no campo do currículo brasileiro de forma geral, um sobrevôo da conjuntura. Por fim, na última sessão, exponho algumas reflexões acerca do que foi analisado buscando apontar limitações e potencialidade do que o fenômeno chamado globalização pode projetar para o campo do currículo.

REFLETINDO OS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO: DIÁLOGO COM ARJUN APPADURAI

Início reflexões sobre processos de globalização com a seguinte proposição de Appadurai (2004) que problematiza a existência homogênea de um real ideário de globalização “*vivemos em mundos imaginados e não apenas em comunidades imaginadas*”. Conquanto, se a existência de um mundo real unitário não existe, a imposição de padrões uniformes (sobretudo, os culturais) produz resistências ao mesmo tempo em que é infecunda,

por que o ideário de uma agenda global de políticas e ações é sentida de forma contumaz no cotidiano social?

Obviamente a resposta para esta indagação requer um esforço analítico e metodológico muito extenso e intenso e que não caberia no presente trabalho. No entanto, esta questão mobiliza a reflexão sobre o que é a globalização (ao menos propor uma alternativa de interpretação) e em um segundo momento, mobiliza também pensar como estes processos vinculados ao significante globalização projetada sentido nas relações sociais.

Como já mencionado no texto de introdução, a globalização enquanto dínamo temático propulsiona inúmeros debates e tentativas de definições. Na esfera escolar, a disciplina Geografia é o grande espaço de discussão do tema e já neste momento inicial apresenta a complexidade do debate. Milton Santos (2004), autor referência do campo da Geografia em escala internacional descreve a globalização em três formas diferentes de manifestação, quais sejam: a) Possibilidade – a partir dos avanços dos meios técnicos e a democratização dos mesmos seria possível a promoção de uma sociedade mais igualitária; b) Perversidade – nesta perspectiva, Santos apresenta a globalização como um processo de acentuação das desigualdades em escala global. Segundo o autor, os meios técnicos estariam, nesta perspectiva, a serviço de processos de concentração de capital; c) Fábula – e por fim, Milton Santos (2004) apresenta a definição mais difundida no meio escolar que vincula a ideia de globalização a um processo histórico que a partir do avanço tecnológico promove a crescente interdependência econômica entre os Estados Nacionais – a idéia de uma aldeia global.

As três formas propostas por Santos para interpretar os processos de globalização incorrem em uma primazia da economia como propulsor do processo. Outros autores, tal como David Harvey também irão propor um entendimento sobre globalização como algo deslizando entre um processo e uma condição político-econômica (HARVEY, 2000).

Migrando da Geografia para a história, Eric Hobsbown, todavia, muito ligado a dinâmicas macroeconômicas, coloca luz a outras questões que para ele também atravessam de forma determinante os processos de globalização, para Hobsbown (2007):

O que se convencionou chamar de globalização não pode ser entendido como um tempo de igual divisão internacional política, econômica e militar entre os diferentes países. Os processos de intercâmbio comercial, informacional, cultural e financeiro são marcados pelas novas formas de relação desigual entre países. (p.68)

O autor inglês ao considerar o intercâmbio cultural como um fator partícipe do desenrolar dos processos de globalização, sem desconsiderar questões macroeconômicas, propõe outra perspectiva de percepção do fenômeno. Para Hobsbown, são precisamente os fatores culturais uma vez circunscritos em um cenário de sofisticadas tecnologias de informação que abalam as relações tradicionais das pessoas com os Estados Nacionais e entre diferentes Estados Nacionais.

A discussão dos elementos culturais e da (re)evolução dos meios técnico-científicos-informacionais marca um ponto tangente entre obras de cientistas sociais tal como Harvey e Hobsbown e o indiano Arjun Appadurai. Não obstante, as diferenças que também os podem afastar, sobretudo, as que concernem questões conceituais como estrutura, infraestrutura, sujeito e agência, o que interessa neste trabalho é partir de percepções que os fazem convergir – a discussão sobre a produção da cultura como elemento que desestabiliza as relações entre sujeitos e instituições.

Parto deste ponto para estreitar o diálogo com Appadurai e discutir como se dimensiona a cultura na globalização tal como a globalização se dimensiona na cultura. Falar destas dimensões trata-se, na contemporaneidade, de perpassar um espaço desregulamentado e cada vez mais imaginário. Sobre esta perspectiva, Appadurai (2004) aponta:

Cada vez que queremos falar de aldeia global, há que não esquecer que eles criam comunidades “sem sentido do lugar” (Meyrowitz, 1985). O mundo que hoje vivemos é rizomático (Deleuze e Guattari, 1987) ou mesmo esquizofrênico, requer teorias do desenraizamento, da alienação e da distância psicológica entre indivíduos e grupos por um lado, das fantasias (ou pesadelos) da contiguidade eletrônica por outro. E aqui aproximamo-nos da problemática central dos processos culturais no mundo atual”. (p.45)

Concomitantemente a isso, a desregulamentação também reconfigura as relações sociais, sobre isso o autor argumenta:

Com efeito, no século que passou verificou-se uma explosão tecnológica, dominada em grande medida pelos transportes e pela informação que faz com que as interações de um mundo dominado pela imprensa pareçam tão duras de ganhar e tão fáceis de eliminar como pareciam as formas anteriores de tráfego cultural à luz da revolução da imprensa. (p.45)

Parto desta argumentação para defender a perspectiva de que a globalização para além de um processo heterogêneo tal como indica Harvey e Hobsbown, o culto a aldeia global é uma criação imaginária, ou como aponta Appadurai (2004) “comunidades sem sentido do lugar”. Portanto, entendo que na intercessão entre processos culturais, propagação do acesso

às tecnologias de informação e a conseqüente intensificação dos fluxos de intercâmbio econômico, migratório, político, de capital, cultural um ideário de aldeia global estabelece um campo híbrido de sentidos orbitantes em torno do significante globalização.

Portanto, é em cima destas conjecturas que repousa o dinamismo propulsor desta sessão do trabalho: o caráter relacional que se estabelece no desenrolar dos processos de globalização. Relações complexas e tensas uma vez que movimentos econômicos buscam impor padrões de consumo e produção ao mesmo tempo em que, tal como indica Appadurai, a cultura dispara forças de resistência aos processos de mundialização do que quer que seja. Sobre esta resistência, Appadurai (2004), argumenta “as forças de gravidade cultural parecem puxar sempre para longe da formação de ecúmenos em larga escala, sejam eles religiosos, comerciais ou políticos, para acreções de intimidade e interesse de escalas menores.” (p.44)

Ao mesmo tempo em que há uma busca por padronização cultural, ou o que o autor denomina como eurocolonização, o fluxo de ideias que o próprio processo de colonização e neocolonização forjou criou um novo mundo extra-europeu e com isso, o imagético do colonizador para o colonizado se tornou uma ficção, bem como o olhar reverso também. Em outras palavras, Appadurai argumenta que este processo que busca o espraiamento do padrão civilizatório eurocolonial se desdobrou em uma ilusória idéia de povo e indivíduo que por sua vez culminou na criação de comunidades imaginárias.

Sendo assim, localizo a partir desta percepção um dos principais focos de tensão que envolvem os processos de globalização. Esta tensão rompe com a possibilidade de implementação de qualquer agenda global homogeneizante ao mesmo tempo em que esta, é em todo momento, almejada por determinadas forças e grupos sociais.

Contudo, é importante ressaltar que o que Appadurai aponta como força de gravidade cultural não representa apenas movimentos de resistência à dominação. O autor indiano aponta que, mesmo em situações em que existe aceitação e abertura para a entrada de culturas tidas como não originais da localidade, o caráter reprodutivista e submisso é refutado por uma apropriação criativa.

Para desenvolver uma argumentação acerca da impossibilidade de dominação cultural e conseqüente implementação de um padrão homogêneo, Appadurai evoca um termo amplamente discutido no âmbito da sociologia crítica à globalização – a americanização.

Este termo é rotineiramente colocado em debate para discutir as possibilidades de alcance da influência econômica, política, militar e cultural norte-americana em escala global. Ademais, após o fim do período conhecido como guerra fria (1945/1991) em que

efetivamente havia duas possibilidades de escolha como paradigma político-econômico para os Estados Nacionais, o sistema capitalista se estabeleceu como hegemônico no mundo (não obstante, suas formas híbridas de manifestações) e os Estados Unidos como grande potência do lado vencedor da disputa alavancou suas possibilidades de influência em nível global.

Mesmo não desconsiderando toda a potência dos Estados Unidos como influenciador de processos globais de diversas naturezas, Appadurai (2004) chama a atenção para a infecundidade do termo americanização como uma garantia de exportação de um padrão até mesmo para países que não resistem à influência. Para arquitetar tal argumentação, Arjun Appadurai utiliza uma comparação emblemática sobre a ótica da globalização econômica, colocando em debate a influencia dos Estados Unidos nas Filipinas. No entanto, nem o enorme abismo econômico que separa os dois países somados a não resistência de boa parte dos filipinos em incorporar elementos da cultura popular estadunidense dão sentido ao termo americanização. Para desenvolver esta comparação, Appadurai (2004) argumenta:

“ Toda uma nação parece ter aprendido a mimar Kenny Rogers e as irmãs Lennon, como um grande coro Motown asiático. Mas americanização é por certo um pálido termo para aplicar a esta situação, pois não só são mais filipinos do que americanos a cantar versões perfeitas de algumas canções americanas (muitas vezes do passado americano), como também se verifica, evidentemente, que o resto das suas vidas não está em completa sincronia com o mundo de referência de onde são originárias as canções.” p. 46

Appadurai ao chamar a atenção para a impossibilidade de transposição cultural, outrossim, a volúpia do capitalismo financeiro em sua atual fase mais globalizante se capilarizar com eficiência avassaladora, a produção da cultura (reiterando que não se trata de resistência, somente) sempre irá produzir o inesperadamente novo, híbrido e diferente. Portanto, o que se emoldura como um grande centro no debate das relações sociais é a tensão entre homogeneização e heterogeneização cultural.

É um debate complexo, da forma como Appadurai propõe, à medida que a análise das relações sociais ocorre em uma arena ilusória, composta por imagens. Estas imagens desfiguram o entendimento acerca de um real concreto – o inviabilizando – ao mesmo tempo em que cada vez mais, de maneiras cada vez mais intensas e velozes as relações sociais ocorrem. Trata-se, portanto, de um terreno movediço em que emergem demandas incontrolláveis, conjunturais e forja relações desterritorializadas e rizomáticas.

Com o objetivo de lidar com uma dada ideia acerca de processos globalizatórios, o autor indiano propõe o movimento de análise reverso ao que se consagrou de maneira pujante nas ciências sociais de tradição marxista e neomarxista: considerar as possibilidades da

produção cultural sobre o sistema econômico. Assumir esta percepção acerca dos processos de globalização significa entender a atual fase do sistema capitalista sendo algo desorganizado e desordenado. Sobre esta perspectiva, Appadurai (2004), aponta:

A nova economia cultural global tem que ser considerada uma ordem complexa, estratificante, disjuntiva, que já não podemos compreender nos termos dos modelos centro-periferia preexistentes (mesmo os que podem explicar centros e periferias múltiplos). Também não é suscetível de modelos simples de promoção-retração (em termos de teoria das migrações), ou de excedentes e déficits (como nos modelos tradicionais de balança comercial), ou de consumidores e produtores (como na maior parte das teorias neomarxistas do desenvolvimento). Mesmo as teorias mais complexas e flexíveis do desenvolvimento global surgidas da tradição marxista (Amim, 1980; Mandel, 1978; Wallerstein, 1974; Wolf, 1982) são inadequadamente rebuscadas e não conseguiram entender-se com o que Scott Lash e John Urry chamaram de capitalismo desorganizado (1987). A complexidade da economia global tem a ver com certas disjunções fundamentais entre economia, cultura e política (...). (p. 51)

A apropriação deste escopo argumentativo conduz ao entendimento que a impossibilidade da materialização de uma aldeia global cultuada bem como a descrição das paisagens meramente partindo de critérios econômicos deriva-se da desconfiguração das relações sociais lineares e a assunção de que estas ocorrem de forma *disjuntiva e totalmente imprevisível* (APPADURAI, 2004. P.53).

Portanto, é neste cenário disjuntivo, conjuntural, provisório precário e contingencial, que as relações sociais entre sujeitos, entre sujeitos e Estados nacionais e entre os estados nacionais se desenvolvem. Uma nova configuração relacional rizomaticamente globalizada se impõe. Esta nova configuração abala a rigidez e a impenetrabilidade das fronteiras tornando as instituições e os estados nacionais um híbrido de realidade e fantasia. Appadurai metaforicamente argumenta que a globalização dissemina por toda parte um tecido estável forjado pela instabilidade dos movimentos humanos. São assim com o comportamento dos meandros dos fluxos de capital, direções das migrações e a produção cultural. Os estados nacionais não se apartam desta dinâmica, também participam do jogo entre um real imaginário e uma real fantasia. A idéia de estruturação de redes de política também se esvazia em detrimento da contingencialidade da idéia de rizomático. Appadurai (2004) propõe a seguinte ilustração para desenvolver sua argumentação:

“(...) os homens e mulheres das aldeias da Índia não pensam apenas em deslocar-se a Poone ou Madrasta, mas sim mudarem-se para Dubai e para Houston, os refugiados do Sri Lanka encontram-se tanto no sul da Índia quanto na Suíça, tal como os Hmong vão para Londres ou para a Filadelfia.

E como o capital internacional desloca as suas necessidades, como a produção e a tecnologia vão gerando necessidades diferentes, como os Estados-Nações alteram a sua política para populações refugiadas, estes grupos em movimento podem nunca conseguir deixar de descansar por muito tempo a sua imaginação.” p.52

Os investimentos de Appadurai em sua obra “Dimensões culturais da globalização: modernidade sem peias” se concentram em grande parte em argumentar que as relações sociais contemporâneas são marcadas por uma configuração global disjuntiva e resultado mutante da imprevisibilidade. O grande capital também se engendra nesta dinâmica de produção cultural que, para Appadurai é discutida a partir do conceito de *tecnopaisagem*. O autor indiano discute a dinâmica da *tecnopaisagem* e o comportamento do capital internacional na ilusória idéia de globalização da seguinte forma:

Por *tecnopaisagem* refiro-me à configuração global, sempre tão fluida, da tecnologia e ao fato de a tecnologia, tanto a alta quanto a baixa, a mecânica e a informacional, transpor agora a grande velocidade diversos tipos de fronteiras antes impenetráveis. Hoje, são muitos os países onde a empresa multinacional tem raízes: um grande complexo siderúrgico na Líbia pode implicar interesses na Índia, China, Rússia e Japão, fornecedores de diferentes componentes de novas tecnologias. A distribuição desigual das tecnologias, logo, as peculiaridades destas *tecnopaisagens* são cada vez menos determinadas por uma óbvia economia de escala, controle político ou racionalidade dos mercados, e mais pelas relações de complexidade crescente entre fluxos monetários, possibilidades políticas e pela disponibilidade de mão-de-obra, qualificada e indiferenciada. Portanto, a Índia, ao mesmo tempo que exporta criados de mesa e motoristas para Dubai e para Sharjah, exporta também engenheiros para os Estados Unidos – contratados por pouco tempo para Tata-Burroughs ou para o Banco Mundial, depois branqueados pelo departamento de Estado para se tornarem abastados estrangeiros residentes que são por sua vez objetos de mensagens sedutoras no sentido de investirem o seu dinheiro e competência em projetos federais e estatais na Índia. Continuamos a poder referir-nos à economia global nos termos dos indicadores tradicionais (como faz o banco mundial) e estudá-los nos termos das comparações tradicionais (como no projeto link da Universidade da Pensilvânia), mas as complicadas *tecnopaisagens* subjacentes a estes indicadores e comparações estão mais longe do alcance da rainha das ciências sociais do que nunca. Como é que se há de fazer uma comparação significativa dos salários do Japão com os dos Estados Unidos ou o preço do imobiliário em Nova Iorque e Tóquio sem ter em grande atenção os fluxos fiscais e de investimento, extremamente complexos, que ligam as duas economias através de uma grelha global de especulação monetária e de transferência de capitais? (p. 52-53)

Capital, mercadorias, pessoas e cultura na atual conjuntura de *tecnopaisagem* (configuração global) forjam espaços de relações em teias, como sugere Appadurai. Trata-se de uma teia de relações pujantes que abala e angustia os atores sociais que historicamente

repousaram as suas certezas em um paradigma macroestrutural. Os elementos sociais que interagem a partir da ilusória idéia de aldeia global o fazem de forma disjuntiva e imprevisível. Desta forma, o máximo que se poderia almejar seria a produção de localidades globalizadas e globalidades locais.

Nestes termos de debate, como se comporta politicamente os Estados-Nações uma vez que, por mais abalados que estas estruturas estejam, elas também colabora com a costura em teia do culto a aldeia global? Ao debater o frenesi da fluidez em que os atuais Estados-Nacionais se encontram à medida que a todo o momento sofrem abalos advindos da disjunção entre capital, tecnologia e cultura, Appadurai (2004), argumenta:

Mas o isoformismo de pessoas, território e soberania legítima que constitui a carta normativa do Estado-nação moderno está por sua vez ameaçado pelas formas de circulação de pessoas características do mundo contemporâneo. É hoje geralmente aceite que o movimento humano, no mundo contemporâneo, é mais definidor da vida social do que é excepcional. O trabalho, tanto o mais sofisticado trabalho intelectual como o mais humilde trabalho proletário, leva as pessoas a migrar, frequentemente mais que uma vez ao longo da vida. As medidas dos Estados-nações, particularmente as relativas as populações consideradas potencialmente subversivas, criam uma máquina de movimento perpétuo em que os refugiados de uma nação se mudam para outra dando origem a novas instabilidades que podem causar mais desassossego social e mais saídas. Assim, as necessidades de produção de povo de um Estado-nação podem significar agitação étnica e social para os seus vizinhos, criando círculos intermináveis de limpeza étnica. (p. 254)

O diálogo com Appadurai sobre a tensão entre homogeneização e heterogeneização na produção cultural, a desorganização do capitalismo contemporâneo em que as certezas da organização do mundo da produção de bens de consumo e de capital e da divisão internacional do trabalho inviabilizam o movimento harmônico e previsível do que quer que seja, bem como a deformidade do Estado-nacional marcada pela incapacidade estrutural de criar estruturas forjam a teia de relações rizomáticas e imprevisíveis a qual a comunidade científica significa como globalização.

Portanto, o mundo de hoje é marcado pela desterritorialidade e instabilidade das relações humanas em coexistência com a agonizante tentativa de marcar estruturas. Ao mesmo tempo em que os fluxos materiais e imateriais se deslocam e se fixam de maneira inesperada por falidas estruturas – tal como os Estados-nações – estas mesmas estruturas buscam fincar pilares de um impossível mundo global, desigualmente combinado através da valorização e controle de fronteiras, políticas públicas voltadas à valorização de um sujeito nacional e em casos mais radicais o fomento ao nacionalismo e a xenofobia.

Certamente o que Appadurai (2004) metaforicamente chama de tecido costurado por ações humanas imprevisíveis, tensionadas com o anseio de uma organização político-territorial bem desenhada é o cenário de produção das políticas públicas em todos os campos. Na próxima sessão busco discutir possibilidades de atravessamentos deste tensionamento na produção de políticas curriculares brasileiras na última década.

POLÍTICAS CURRICULARES BRASILEIRAS E O CULTO À ALDEIA GLOBAL

O autor indiano Arjun Appadurai propõe uma leitura acerca dos processos de globalização a partir da desfiguração das estruturas, das possibilidades sobrepostas da produção cultural em relação às forças econômicas tensionadas com a incessante busca por controle. Assumo esta perspectiva neste trabalho para discutir o cenário recente de produção das políticas curriculares brasileiras desenvolvidas na corrente década objetivando de forma específica apontar especificidades na relação entre as esferas público e privada bem como nas estratégias – sempre infecundas - de controle dos sujeitos.

Cabe ressaltar de forma preliminar que, as políticas brasileiras de maneira geral são amplamente contaminadas por uma agenda de desenvolvimento econômico, democratização de oportunidades, redistribuição de renda e maior competitividade no mercado internacional. Portanto, há de se considerar que o tom das políticas públicas curriculares vai assumir esta perspectiva desenvolvimentista com bastante força. Contudo, existem diversas maneiras para produzir políticas curriculares que lancem mão deste ideário, no entanto, determinadas tendências são assumidas com maior destaque no Brasil.

O Estado brasileiro, em suas diversas escalas, vem produzindo documentos curriculares cada vez mais uníssomos em direção a narrativa da qualidade e democracia. Foi assumido, portanto, uma determinada perspectiva para estes significantes. Em trabalhos anteriores (RODRIGUES, 2016) salientei a flutuação dos significantes qualidade e democracia ao analisar uma determinada política curricular desenvolvida no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Sobre esta discussão:

(...)A este respeito, cabe analisar o discurso político da secretaria de educação no que se refere à busca por uma qualidade que foi atrelada, entre outras coisas, a resultados aferidos em avaliações de larga escala. Percebo que as medidas políticas tomadas pela secretaria de educação buscam atender um sentido de qualidade eleito que se referencia, sobretudo, no resultado do IDEB. Alcançar qualidade da educação é uma reivindicação lícita e que há muito tempo se potencializa como almejo político em diversas esferas de administração pública. Nesta direção Lopes & Matheus (2014)

apontam que “diversos documentos curriculares e dispositivos legais, no contexto brasileiro, determinam que a promoção da qualidade da educação seja um direito que deve ser garantido pelo Estado e, assim o sendo, forja-se uma mobilização social em torno da causa da qualidade”. (RODRIGUES, 2016.p.15)

O que pretendo demonstrar com esta argumentação é o pragmatismo na produção das políticas curriculares brasileiras que em muitos casos preenchem de sentido o significado qualidade como algo que se alcança e se mede através de exames diagnósticos realizados em larga escala. Reiterando esta perspectiva de qualidade atrelada às políticas curriculares, a Base Nacional Comum Curricular lança mão desta mesma perspectiva de qualidade, tal como sugere o trecho do documento:

“Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)”. (bncc.mec.gov.br, acessado em 15/02/2018)

Em concordância com esta mesma perspectiva de qualidade, o Pacto Nacional pela educação na Idade certa – PNAIC, em seu texto de apresentação do ano de 2017, aponta:

“Outro problema diz respeito à diluição das responsabilidades locais em relação ao ensino fundamental e a uma visão equivocada sobre o papel do MEC que é redistributivo e supletivo, com oferta de apoio técnico e financeiro. Considerando-se os dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) em 2013 e 2014, constatou-se o baixo rendimento das crianças em Língua Portuguesa e Matemática. A compreensão do que significam os resultados 1 e 2 na ANA e as demandas das redes públicas levaram o Ministério da Educação a promover mudanças incrementais no PNAIC em 2016. (pacto.mec.gov.br, acessado em 15/02/2018)

A partir dos três exemplos evocados, argumento que se buscou estreitar o vínculo entre busca por qualidade na educação e os resultados em avaliações de larga escala. Para além desta constatação, este processo de significação para qualidade orbitando em torno das estruturas das avaliações externas de larga escala configura um terreno fértil para a tentativa de busca por controle dos sujeitos e da formação destes sujeitos pelo estado-nação.

Esta tentativa de dominação apontada por Appadurai com um dos principais eixos de tensionamento presentes na fantasia da aldeia global determinam a textualização de um

discurso curricular brasileiro em nível documental e político-estatal, bem como atrai organizações internacionais e supranacionais para o seio da produção de políticas curriculares.

Não obstante, a reiteração da impossibilidade de controle total e absoluto as ações humanas nas localidades, esta sensação de infecundidade estatal sobre o controle dos sujeitos também mobiliza novas articulações políticas e reconfigura a relação entre a esfera estatal e o capital privado. Stephan Ball argumenta que se trata também de um fracasso do Estado nacional em promover o que quer que seja em âmbito local. Em parte é o que Appadurai argumenta como inocuidade do debate global-local verticalizado. Contudo, Ball (2010) aponta que esta incapacidade do Estado atrai organizações privadas para o ambiente de produção das políticas públicas, sobretudo, as voltadas para o campo da educação. O que o autor inglês mostra é que o desequilíbrio contínuo das relações internacionais em um cenário de globalização e de aumento das porosidades entre as fronteiras dos Estados, demandam do capital internacional estratégias cada vez mais sofisticadas. Sobre a arquitetura da relação entre público e privado na especificidade das políticas educacionais, Ball (2010), aponta:

“Dentro de tudo isso, as modalidades e conteúdos de política de educação e prestação de serviços estão mudando (o que Bruch (2009) chama de “os efeitos do campo” de novas formas de participação); nacionalmente o setor educacional público está mais congestionado; novas relações e formas de relacionamentos estão sendo estabelecidas dentro da política e em relação a ela, isto é, há uma nova mistura dentro da matriz de governança envolvendo “relações complexas de interdependência recíproca”; as fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas; há novas vozes nas conversas sobre as políticas e novos canais por meio dos quais os discursos sobre as políticas introduzem o pensamento sobre a política; a uma proliferação, nacional e globalmente, de redes políticas compostas e acopladas. Geralmente no âmbito global, há, também, para os governos nacionais, especialmente os Estados pequenos e frágeis, uma redução da sua capacidade para orientar os seus sistemas de ensino. Agências multilaterais, ONGs, interesses e influências de empresas podem constituir, separadamente ou em conjunto, uma poderosa alternativa de política para o fracasso do Estado.” (p. 34)

Concordando com Ball e, a partir de uma leitura que entende o surgimento de um vácuo de poder decorrente tanto das incertezas contingenciais dos processos de globalização quanto da fragilidade atual da imagem do Estado-nação, as políticas curriculares brasileiras se engendraram nesta nova dinâmica de capilarização da esfera privada nas políticas públicas. Obviamente este tipo de relação oferece potencialidades e riscos. Macedo (2016) aponta algumas questões acerca da relação público e privado no contexto da Base Nacional Comum Curricular:

“Tais agentes políticos privados estão ávidos por incorporar vigorosamente à educação pública uma lógica empresarial contemporânea. A escola como empresa. Aliás, dentro dessa lógica, toda atividade humana organizada pode ser uma empresa. E uma empresa visa resultados e esses resultados devem ser medidos”. p.27

Há, portanto, no cenário das políticas curriculares brasileiras um dinamismo propulsor de demandas (não uma origem) que na contingencialidade se articula de forma contundente qual seja; a tríade, controle via avaliações – ineficiência do Estado brasileiro – entrada de interesses internacionais nas políticas curriculares envolvidas no discurso de globalização. Tanto a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo mínimo produzido na esfera federativa do Rio de Janeiro quanto o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa assumem a entrada da esfera privada na produção curricular através do significativo parceria na busca por recobrir ralações das mais variadas naturezas, desde um financiamento de eventos até a produção de materiais pedagógicos. De forma ilustrativa, trago uma listagem produzida a partir de um levantamento bibliográfico realizado no banco de teses da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – Capes, dos principais parceiros participes das políticas curriculares brasileiras desenvolvidas na presente década, quais sejam; Itaú - Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Camargo Corrêa, Fundação Lehmann e Todos pela Educação e Amigos da Escola.

Por outro lado, em concomitância com a busca por controle dos processos de ensino-aprendizagem realizados através de políticas curriculares produzidas na turva configuração entre interesses públicos e privados, a narrativa da democracia também é percebida com muita frequência potência na textualização do discurso curricular estatal.

Refuto a ideia de contradição que a aparente oposição entre controle e democracia pode sugerir. Ao contrário, argumento que o discurso de democracia das políticas curriculares tal como é assumido na textualização do discurso curricular oficial conflui de maneira substancial para o exercício de controle.

Há, portanto, uma luta por significação em torno do significativo democracia. Em diálogo como Lopes (2014), Lopes e Matheus (2014) e em trabalhos anteriores (RODRIGUES, 2015 e 2016) argumento que existe um deslize de significação entre os significantes qualidade e equidade. Ensinar o mesmo, para todos em uma organização temporal estanque tem sido a tônica das produções curriculares brasileiras contemporâneas. Neste cenário o que se busca promover é o desenvolvimento de habilidades e competências

dos sujeitos na equidade. O documento da base Nacional Comum Curricular assume esta perspectiva:

“Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a **igualdade** educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza. (...)Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na **equidade** (...)” (bncc.mec.gov.br, acessado em 16/02/2018, **grifos meus**)

A matriz curricular – Currículo Mínimo, SEEDUC-RJ - também lança mão desta perspectiva, tal como o documento curricular aponta:

“A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro elaborou o Currículo Mínimo da nossa rede de ensino”. Este documento serve como referência a todas as nossas escolas, apresentando as competências e habilidades que devem estar nos planos de curso e nas aulas. Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. “Consideram-se também as compreensões e tendências atuais das teorias científicas de cada área de conhecimento e da Educação e, principalmente, as condições e necessidades reais encontradas pelos professores no exercício diário de suas funções.” (SEEDUC – RJ – Currículo mínimo 2012)

Há uma disjunção de significações nas políticas curriculares brasileiras que se apresentam de forma deslizando entre diversas demandas, tais como; democracia, equidade, avaliações, controles, desenvolvimento econômico, interesses do capital privado e da sociedade civil. O anseio pelo controle total que visa a implementação pura de uma política curricular é também uma forma de tentativa de controlar um povo e forjar uma idéia de nacionalidades universais em um mundo com fronteiras em ruínas e cada vez mais híbrido. Na última sessão apresento algumas conclusões pontuais acerca de como percebo o cenário contemporâneo de produções curriculares brasileiras a partir da apropriação da leitura de globalização proposta por Appadurai.

BREVES INDICAÇÕES DE COMO PERCEBO A TENSÃO NO CAMPO DO CURRÍCULO DENTRO DA FANTASIA GLOBALIZATÓRIA

Para concluir, reitero o diálogo com Arjun Appadurai a partir do qual interpreto a globalização como um processo fantasioso na perspectiva de estruturação de uma aldeia global, ao mesmo tempo em que a busca por materializar esta fantasia mobiliza e reconfigura as ações políticas. Neste sentido, as políticas curriculares brasileiras se mostram um foco de tensão entre fantasia globalizatória e tentativa de exercício de controle.

Busquei através da aproximação entre os estudos sobre globalização de Appadurai e uma pequena análise das políticas curriculares brasileiras contemporâneas argumentar que tanto por conta da incapacidade crônica do Estado-nação quanto pela nova configuração da relação entre as esferas público e privada, a textualização de um discurso curricular emerge, sobretudo, com o almejo do controle de práticas.

Assumindo esta perspectiva, interpreto que este modelo de produção de políticas públicas, tal como as curriculares no Brasil, é uma marca do *modus operandis* dos Estados nacionais que ao se perceberem cada vez menos oxigenados, buscam estratégias de exercício de controle cada vez mais intensas e sofisticadas. Appadurai indica que o discurso da nação sempre patinante, hoje se encontra agonizante, afinal tanto o sistema econômico global se apresenta de forma híbrida e desorganizada, quanto o acesso as informações (o que Appadurai chama de revolução da imprensa) ocorrem em um espaço absolutamente desregulamentado e fora das possibilidades de controle das estruturas estatais.

Portanto, o que é possível observar é que tanto as identidades, os reconhecimentos unicelulares de nação e povos e os nacionalismos são desterritorializados e disformes. Ao mesmo tempo em que as relações humanas e a produção de cultura nas localidades ocorrem em maior quantidade e velocidade.

Concluo, portanto, que a configuração clássica do Estado Nacional se encontra metaforicamente em queda, buscando projetar seus antigos e clássicos tentáculos em pilares que o sustente. É neste movimento de resistir à queda que a tentativa de controle emerge. Sendo assim, o deslize de significação de democracia para equidade, de qualidade para sucesso em aferições são manifestações da desterritorialidade da fantasia global apontadas por Appadurai no seu debate sobre globalização. As políticas curriculares brasileira representam uma forma de expressar as tensões entre homogeneização e heterogeneização cultural e a

desregulamentação total das relações humanas bem como sugere o conceito de *tecnopaisagens*.

REFERÊNCIAS:

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004.

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University, 1994.

BALL, Stephen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

BALL, S.J.; MAINARDE, Jefferson (orgs.). **Políticas Educacionais: Questões e Dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação**. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, dez., 2001

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília/MEC. 2015**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> . Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/MEC. 2017. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br>> . Acesso em: 16 de fevereiro de 2018

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro, 2017.

Lopes; Rosanne E. Dias; Rozana Abreu. (Org.). **Discursos nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: Quartet Editora / 2011

LOPES, Alice Casimiro; MATHEUS, Danielle dos Santos. **Sentidos de qualidade na política de currículo (2002 – 2012)**. Educação & Realidade. Rio de Janeiro 2014.

HARVEY, David. **O problema da Globalização**. São Paulo. Ícone Editora. 1998

HOBBSAWM, Eric J. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACEDO, Elizabeth. **Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si**. Educ. rev. [online]. 2016, vol.32, n.2, pp.45-68

MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. Revista brasileira de educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 285-296, maio/ago. 2006.

RODRIGUES, Phelipe Florez. Um currículo mínimo e os professores de Geografia: Perspectivas docentes para uma política de currículo. **Dissertação de mestrado**, 2016.

RODRIGUES, Phelipe Florez. **O significativo mínimo na proposta curricular da SEEDUC-RJ: Recurso discursivo em favor da implementação**; In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO, 8., 2015, Rio de Janeiro. VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação. 2014.

